RESSALVA

Alertamos para ausência das páginas pré-textuais não incluídas pelo(a) autor(a) no arquivo original.

CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTORES FAMILIARES DE CAJU, ORGANIZADOS EM UMA ASSOCIAÇÃO INFORMAL, NA REGIONAL DE JALES, NOROESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO.

RESUMO: O presente trabalho teve como objetivo, realizar a caracterização sócio-econômica e tecnológica dos agricultores familiares produtores de caju participantes de uma associação informal na região de Jales, noroeste do estado de São Paulo. A metodologia utilizada neste trabalho consistiu em entrevistas ao responsável pela associação, aos técnicos da assistência técnica e na aplicação de um questionário, junto aos produtores de caju vinculados à associação. Os resultados evidenciam a importância da associação na organização dos produtores para viabilização da cultura do caju na região. A cultura é exigente nos tratos culturais, principalmente no tratamento fitossanitário, exigindo um rigoroso controle e acompanhamento de todo ciclo de produção. A união dos produtores tem viabilizado redução nos custos, através das compras conjuntas e na busca de soluções para os problemas comuns, como por exemplo na utilização da poda nos pomares e na divulgação dos produtos na região. A cultura do caju pode ser considerada como mais uma alternativa viável de cultivo na regional de Jales (SP), considera-se também que a cultura apresenta-se eficiente na geração de empregos, aproveitando a mão-de-obra rural, principalmente a familiar das pequenas propriedades. Há potencial para o crescimento da produção de caju na região, mas há muito para se realizar, principalmente no desenvolvimento de pesquisas que visem a difundir melhores técnicas em relação ao sistema de cultivo, pós-colheita (embalagem e acondicionamento), na comercialização da fruta *in natura* e no seu processamento.

Palavras-chave: Perfil dos produtores, Caju, Associação informal, Região de Jales.

CHARACTERIZATION OF CASHEW FAMILY FARMERS, ORGANIZED IN AN INFORMAL ASSOCIATION IN JALES REGION, NORTHEASTERN SAO PAULO.

ABSTRACT: The objective of this work was to characterize the cashew family farmers from an informal association in Jales region, northeastern Sao Paulo, concerning social, economical and technological aspects. The methodology consisted of interviews with the producer who was in charge and with the technicians from the association, and of a questionnaire to be answered by the associated cashew producers. The results evidence the association importance for the farmers' organization, making the cashew production possible in the area. The crop demands particular attention on crop management practices, especially on phytosanitary treatment, which must be rigorously controlled and observed throughout the whole production cycle. The producers' association has reduced the costs by purchasing in a larger scale and by finding solutions to common problems, such as the use of pruning in the orchards and the advertisement of the products in the region. The cashew crop can be considered as another viable crop alternative in Jales region (SP). The crop is also efficient in the job creation for agricultural workers, mainly for smallholder families. There is a potential growth in the cashew production of that area. However, there is plenty to be done, especially concerning research aimed to encourage the use of better techniques for the crop system, postharvest (packing and storing), fresh fruit commercialization and fruit processing.

Keywords: Producers' profile, Cashew, Informal Association, Jales region.

1. INTRODUÇÃO

O cajueiro (*Anacardium occidentale* L.) pertencente à família Anacardiaceae ocupa lugar de destaque entre as plantas frutíferas tropicais. Segundo MEDINA (1978) o cajueiro é, com toda certeza, uma planta genuinamente brasileira. A melhor prova está no próprio nome, que é derivado do tupi-guarani acâ-yú, que quer dizer pomo amarelo.

O cajueiro tornou-se uma cultura de grande importância econômica, estimulada pela exportação do produto industrializado, a amêndoa da castanha de caju (ACC). Além disto, os produtos do pedúnculo, ou falso-fruto, agregam valores ao negócio e geram milhares de empregos, nas zonas urbana e rural, sendo o suco concentrado o principal produto desta atividade.

A produção brasileira de castanha de caju foi de 251.160 toneladas em 2005, em uma área de aproximadamente 687.000 hectares, sendo 100% obtida na região Nordeste. O maior produtor é o estado do Ceará com quase 53% da produção total obtida, seguida pelo Piauí com 23% e Rio grande do Norte com 18%. Em 2005 foram exportadas cerca de 50.000

toneladas de castanha de caju, sendo os Estados Unidos o maior importador (65% do total exportado) da nossa castanha (NEHMI et al, 2006).

A produtividade do cajueiro é expressiva na região Nordeste onde a EMBRAPA (1991), através do Centro Nacional de Pesquisa em Agroindústria Tropical (CNPAT) localizada em Pacajús-CE, vem desenvolvendo várias pesquisas. Entre elas, a introdução da variedade caju anão precoce que alavancou a produção e que deverá, ao longo do tempo, substituir o caju comum que apresenta baixa produtividade e dificuldades na colheita devido a sua altura. Oliveira (2002) considera que para se manter a cajucultura como uma atividade econômica, é indispensável a substituição do cajueiro comum pelo cajueiro anão precoce.

No Estado de São Paulo, a fruticultura se destaca no cenário nacional, principalmente pelas produções de citrus e banana. No entanto, em virtude de suas características edafoclimáticas, o Estado de São Paulo oferece condições propícias para a produção de diversas frutíferas, com diferentes ciclos de maturação, englobando espécies tropicais, temperado-subtropicais e temperadas típicas, permitindo a colheita durante todo o ano. Com a crescente expansão e diversificação de espécies frutíferas, a fruticultura paulista começa a apresentar bons resultados na economia estadual, pois além de suprir parte de suas necessidades internas, ainda destina boa parte para demanda externa, contribuindo para a geração de divisas (SANTIAGO e ROCHA, 2001).

A região noroeste do Estado de São Paulo vem se destacando na produção de frutas, e segundo o Programa Setorial Integrado de Promoção de Exportações de Sucos Tropicais, elaborado pela Associação das Indústrias Processadoras de Frutas Tropicais, esta região é apontada como um dos principais pólos de frutas tropicais no Brasil (RUGGIERO, 2001).

Nesta região, a cultura do cajueiro anão precoce foi introduzida em 1994 pela empresa ASADA - Empreendimentos Agroindustrial localizada no município de Mirandópolis-SP,

com o objetivo de produzir desde a muda até a instalação de uma indústria para processamento da castanha e do pedúnculo.

Enquanto no Nordeste do país é comercializada a castanha de caju, na região noroeste do Estado de São Paulo predomina a comercialização da fruta *in natura*. As formas predominantes de comercialização do caju nesta região são a de preço em consignação, que consiste em enviar o produto para empresas localizadas nas CEASAS ou CEAGESP–SP, e a do preço combinado, realizado com intermediários diretamente na propriedade rural (PETINARI, 2002).

Na região de Jales (SP) a cultura do caju é mais recente, teve início de 2000/01 no município de Urânia e Santa Salete. Foram os produtores familiares de caju que em 2002 propuseram juntamente com produtores do município de Aspásia se organizarem em uma associação para realizarem compras conjuntas com o objetivo de diminuírem os custos de produção.

Araújo (2005) considera que a união de pequenos e médios agricultores em uma organização formal ou informal é fundamental para a criação dos agronegócios, que visa ampliar os horizontes de produção e agregar valores. O agronegócio familiar é de extrema importância para transformar pequena produção em grandes negócios.

A cultura do cajueiro vem se expandindo nesta região, mas são poucos os dados referenciais para a cultura, no que diz respeito à tecnologia, produtividade, aspectos ligados a economicidade da fruta, e o relevante papel de uma associação na organização e no desenvolvimento de uma cultura em uma determinada região.

Este trabalho teve como objetivo, a caracterização sócio-econômica e tecnológica dos agricultores familiares produtores de caju participantes de uma associação informal, noroeste do estado de São Paulo.

2. ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES RURAIS

Desde o final da década de 1980, a fundação de associações de produtores tornou-se um fenômeno generalizado no país, colocando inúmeras indagações para os estudiosos e participantes dos movimentos sociais no campo. Várias foram as interpretações sobre os motivos que levaram a esse crescimento, maior ainda a polêmica a respeito do lugar das associações entre as entidades de representação dos trabalhadores rurais. Deve-se ressaltar, no entanto, que o associativismo representa uma dentre as várias experiências de organização que reúnem agricultores familiares que se multiplicaram nesse período. Associações, grupos de cooperação em assentamentos, reservas extrativistas, são alguns exemplos das diferentes formas de encaminhamento que as muitas situações existentes no campo vêm comportando (PINHEIRO, 1999).

Em meio a essa diversidade, entretanto, é possível encontrar afinidades que dizem respeito ao porquê do seu surgimento a partir da década de 90. Tais movimentos recentes têm em comum a preocupação em relação a temas como a obtenção de crédito agrícola, a melhoria das condições de produção e comercialização, problemas que ganharam espaço à medida que se verificava que a luta pelo acesso ou permanência na terra não resolvia definitivamente a situação precária de grande parte dos lavradores no país. A incorporação desses temas, geralmente relegados a segundo plano, vem abrindo novas possibilidades para a agricultura familiar, tanto no que se refere aos seus aspectos econômicos quanto nos políticos (ARAÚJO, 2005).

As organizações dos pequenos agricultores são constituídas na interface da sociedade global, como um meio para “regular as relações” entre os indivíduos e os diferentes grupos sociais (famílias, comunidades, cidade) que compõem a sociedade local, e os múltiplos atores

de seu meio externo (administração municipal, serviços técnicos, ONGs, agências econômicas privadas, fontes de financiamento, partidos políticos, sindicatos), ou seja, a associação é compreendida como uma mediação entre os interesses, desejos, aspirações pessoais e familiares dos trabalhadores rurais (ARAÚJO, 2005).

Associação, numa primeira definição mais ampla, é qualquer iniciativa formal ou informal que reúne pessoas físicas ou outras sociedades jurídicas com objetivos comuns visando superar dificuldades e gerar benefícios para os seus associados. Uma associação é criada para solucionar problemas concretos e, portanto, consiste em um instrumento que viabiliza soluções eficazes de forma que a participação e a democracia estejam presentes em todas as ações (VEIGA e RECH, 2001).

O motivo primordial de se fundar uma associação é porque se somando esforços, dinheiro, equipamentos, vontade e desejo de várias pessoas tudo fica mais fácil, mais barato e possível de ser realizado (HESPANHOL, 2000).

A continuidade do associativismo depende de um grande esforço de avaliação das experiências desenvolvidas por parte de todos os setores engajados nessa proposta. O próprio modelo de desenvolvimento da agricultura no país, essas novas experiências têm aberto espaços para se pensarem as possibilidades de a agricultura familiar ocupar um espaço maior. O aprendizado de práticas de participação, que vem contribuindo para construção desse segmento em um importante ato coletivo, é certamente um dos melhores resultados acumulados a partir da expansão das associações nos últimos anos (PINHEIRO, 1999).

Referindo-se ao conjunto de associações criadas pode-se dizer que o papel destas organizações se destaca no âmbito da produção e como canal para incorporação de inovações tecnológicas nos sistemas de produção.

Por outro lado, do ponto de vista dos pequenos produtores, a associação se converteu no principal instrumento para alcançar benefícios que, de outra forma, não seriam obtidos, tornando-se um meio para obtenção de equipamentos comunitários, serviços e infra-estrutura produtiva que lhes permitisse sobreviver enquanto grupo social.

As associações assumem importância pelo fato de valorizarem a experiência dos produtores, procurando definir coletivamente objetivos bem claros para a mesma, tentando resolver ou pelo menos "atacar" os problemas enfrentados no dia-a-dia como os altos preços dos insumos industriais, a intermediação comercial, a falta de qualificação para a aplicação de determinadas técnicas, etc. (VEIGA e RECH, 2001).

Os autores acima apresentam como vantagens das associações a integração das pessoas em um grupo, fortalecer laços de amizade e solidariedade social, quebrar o individualismo, aumentar o nível de conhecimentos, de participação social, possibilitar a organização de eventos e feiras no município, vender a preço melhor do que vender pequenas quantidades individualmente, comprar os insumos a preço de atacado, ampliar a diversificação das atividades produtiva, entre outros.

Um dos aspectos centrais no estudo de associações refere-se à forma como as mesmas desenvolvem suas ações de forma autônoma e independente. Por sua vez, tal aspecto tem desdobramentos importantíssimos sobre a própria dinâmica de funcionamento, a forma como são realizadas as decisões, o controle do patrimônio pelos próprios associados, entre outras, capazes de conferir a estas organizações um caráter de instituições representativas, democráticas e assim se constituindo em importantes espaços de consolidação da cidadania ativa (ARAÚJO, 2005).

Para Bergamasco e Norder (2003), os próprios produtores consideram que o que está faltando para o grupo é saber com clareza o que é o associativismo, porque muitos não se

deram conta de que eles é que fazem a associação, e que o patrimônio coletivo, adquirido em conjunto é dele. Cabe reforçar que um dos principais desafios no tocante à capacitação de agricultores para a constituição de associações ou cooperativas é conseguir que os mesmos incorporem a compreensão de que, nestas organizações, eles devem ser ao mesmo tempo três pessoas: o dono, o cliente e o próprio fiscal ou gerente da entidade, condição que permite situar-se em pólos antagônicos ao mesmo tempo. Além disso, ao participar de uma organização coletiva como uma associação, deve haver por parte de seu integrante uma renúncia ao individualismo em favor da coletividade o que equivale a assumir novas atitudes e comportamentos, o que é, em nossa sociedade, um enorme desafio.

Para os agricultores, provavelmente, o resultado mais importante das associações é o de contribuir para o processo de conscientização coletiva sobre a necessidade de se organizarem para buscar soluções para seus problemas e atrair para si a responsabilidade dessa busca. Por meio da associação, são praticamente 'empurrados' em direção à evolução e à diversificação, pois se dão conta de que, se não fizerem alguma coisa por eles mesmos, será muito difícil encontrar quem o faça (PINHEIRO, 1999).

Para Hespanhol (2000), as associações têm desempenhado atividades essencialmente na área econômica, contribuindo para melhorar as explorações agrícolas e facilitar a adoção de novas tecnologias agrícolas. É importante ressaltar que a organização coletiva seria a única forma de acessar os financiamentos para se equipar, produzir mais e melhor, e para comercializar seus produtos.

Pinheiro (1999) revela que as associações, apesar de todas as dificuldades, conseguiram êxito sob vários aspectos, colocando no cenário político segmentos de produtores que, muitas vezes, não encontravam espaço dentro das próprias organizações dos trabalhadores rurais. Também contribuíram para a busca de novas estratégias de reprodução

social e, principalmente, geraram muita polêmica e discussão, que foram importantes para a atualização das propostas para a agricultura familiar.

Chabaribery et al (2002) estudando o perfil das associações dos fruticultores de Junqueirópolis (Associação Agrícola), Ouro Verde (Associação dos Produtores Rurais de Ouro Verde) e Mirandópolis (Associação de Produtores de Hortifrutigranjeiros), consideram que as associações têm apresentado resultados positivos, tais como: incentivo a diversificação de culturas nas propriedades; incorporação de inovações tecnológicas e organização; benefícios para os produtores com a compra conjunta dos materiais necessários para a produção; soluções para as dificuldades (comercialização; monitoramento de pragas e doenças, entre outras); conscientização da importância da qualidade, padronização e embalagem das frutas; reuniões periódicas e também a busca de parcerias com outras instituições. É importante ressaltar que nessa região, as condições climáticas são favoráveis à produção, além do apoio da prefeitura disponibilizando implementos e espaço para feiras do produtor.

3. IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar é definida, como aquela que combina a propriedade da terra, com uma mão-de-obra familiar, e que se organiza, em torno da e para a família, por uma lógica que reúne saberes e valores que asseguram a reprodução da unidade familiar e de produção e a permanência do patrimônio (SANT'ANA, 2003).

Aproximadamente 85% do total de propriedades rurais do país pertencem a grupos familiares. De acordo com a Secretaria de Agricultura Familiar são 13,8 milhões de pessoas em cerca de 4,1 milhões de estabelecimentos familiares, o que corresponde a 77% da população ocupada na agricultura. Cerca de 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira e 37,8% do Valor Bruto da Produção Agropecuária são produzidos por agricultores familiares. Só os dados quantitativos em relação ao universo de pessoas, área ocupada e produtos envolvidos na atividade já seriam suficientes para justificar a elaboração de políticas públicas que visam ao fortalecimento da agricultura familiar (ABRAMOVAY, 2006).

Ainda segundo o autor acima, a heterogeneidade e a desigualdade na distribuição de estabelecimentos e produção são marcantes na agricultura familiar. A Secretaria de Agricultura Familiar, órgão do Ministério do Desenvolvimento Agrário, separa os agricultores em três grupos: 1) os que estão inseridos no campo de atividades econômicas integradas ao mercado, classificados como capitalizados; 2) os descapitalizados ou em transição, mas com algum nível de produção destinada ao mercado; 3) os residentes no espaço rural, assalariados agrícolas e não agrícolas com produção agropecuária voltada quase que exclusivamente ao autoconsumo. O primeiro grupo, representado por cerca de 800.000 estabelecimentos, é responsável por algo em torno de 71% do valor da produção familiar. O segundo grupo,

formado por outros 1.400.000 estabelecimentos, responde por cerca de 19% do valor da produção familiar. Os outros 1.900.000 estabelecimentos produzem apenas 10% de todo o valor da produção familiar. Ou seja, a parcela majoritária dos agricultores não está inserida no mercado e sua produção é no máximo suficiente para a sobrevivência. Os produtores de caju estudados estão inseridos entre o grupo 1 e 2, pois apresentam atividades econômicas integradas no mercado com algum nível de capitalização.

No Brasil, as políticas públicas em prol da agricultura familiar surgiram a partir de meados da década de 90, em decorrência do contexto macroeconômico da reforma do Estado. Foram dois os fatores principais que motivaram o surgimento dessas políticas públicas: a crescente necessidade de intervenção estatal frente ao quadro crescente de exclusão social e o fortalecimento dos movimentos sociais rurais. O crescimento da miséria, da violência e da insegurança nas grandes cidades fez com que também crescesse o apoio da sociedade urbana às políticas de valorização do meio rural (RODRIGUES, 2005).

Segundo Cadengue et al (2006), os agricultores familiares são portadores de uma tradição, tanto no trabalho com a terra, quanto em seu modo de vida. Tal tradição inclui uma relativa autonomia, e uma organização familiar que compreende, dentre outros aspectos, o trabalho da família na propriedade; a produção de alimentos para consumo próprio, a produção destinada ao mercado; e uma forma de sociabilidade centrada nas comunidades rurais.

Desde os anos 1990, tem-se observado um crescente interesse pela produção familiar. Tal interesse se materializou em políticas públicas, como a criação do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. A formulação das políticas favoráveis à agricultura familiar obedeceu,

em boa medida, às reivindicações das organizações de trabalhadores rurais e à pressão dos movimentos sociais organizados (FABRICIO, 2004).

De acordo com as características de diversificação/integração de atividades vegetais e animais e por trabalhar em escalas menores, a agricultura familiar pode representar o local ideal ao desenvolvimento de uma agricultura ambientalmente sustentável. Não somente em relação a produtos naturais ou orgânicos, mas também na obtenção de produtos com sabor e qualidade, os quais abrem novas perspectivas a esses agricultores (CADENGUE et al, 2006).

A maior flexibilidade na utilização da mão-de-obra é outro aspecto que traz algumas vantagens da agricultura familiar, e este aspecto permite, por exemplo, que ao buscar novos nichos de mercado com preços diferenciados, estes produtores tenham uma maior remuneração de seu produto, sem elevar os seus custos monetários (FABRICIO, 2004).

De acordo com Cadengue et al (2006), deve-se ter claro que a agricultura familiar não é um segmento homogêneo, mas um universo extremamente diversificado em sua composição. Apesar da lógica de reprodução das unidades de produção familiar ser essencialmente a mesma, o nível em que opera esta lógica, as expectativas e a própria dinâmica subjacente às práticas adotadas pelas famílias rurais, revelam diferenças marcantes. É em decorrência das capacidades de adaptação às situações próprias de cada uma dela, como por exemplo: lugar, clima, cultura, tamanho da família e da propriedade, unidades estas que vão definir as suas estratégias de produção e reprodução.

A agricultura familiar no campo da fruticultura é bastante dinâmica no ambiente socioeconômico em que atua, relacionada à formação dos proprietários com aquisição de informações, a diversidade de mercado tanto de compra de insumos como de venda dos produtos finais, sistema de produção e aquisição de crédito. Por este dinamismo e devido à mão de obra ser da própria família, é possível ter seu produto final, a fruta, com qualidade,

uma vez que é crescente a demanda por produtos saudáveis e diferenciados (RODRIGUES, 2005).

Na região Noroeste (SP), a fruticultura é a principal fonte de recursos e, também, a atividade que ocupa a maior quantidade de mão-de-obra familiar, direta e indireta, é geradora de renda e empregos através de diferentes formas de contratos, seja como diaristas, mensalistas e até parceiros e meeiros, além disso, ainda é significativo o número de produtores rurais residentes na propriedade.

A agricultura familiar é hoje, de grande importância para essa revalorização do meio rural, uma vez que tem demonstrado ser possível unir a eficiência econômica com a eficiência social, contribuindo para construção de melhores condições de vida, pois incorporam em sua gênese, atributos, cuja natureza envolve a adesão a valores éticos e morais.

4. CARACTERÍSTICAS DOS MUNICÍPIOS ESTUDADOS

Aspásia

O Município de Aspásia nasceu por volta de 1959, quando um fazendeiro local loteou um pequeno pedaço de terra de sua propriedade para construção de algumas casas, dando o nome a esse vilarejo de Aspásia. Esse passou a distrito em 1963 e se tornou município em 1993.

Este município situa-se a noroeste do estado de São Paulo, em um relevo levemente ondulado na altitude de 400 m. Segundo o sistema de Koppen, o clima é classificado como AW (tropical). O índice pluviométrico médio anual é de 1.300 mm, distribuído de novembro a março, sendo os meses de maio a agosto mais secos. A temperatura máxima é de 30°C e a mínima de 10°C.

Aspásia não possui rio apenas córregos. As principais microbacias são a dos Patos, Estiva, Anta e Cascavel.

O tipo de solo predominante é do tipo Podzolizado Lins Marilia, variação Lins. Encontra-se também o tipo Argissolo Vermelho e Latossolo Vermelho (EMBRAPA, 1999).

No município as 253 propriedades rurais são predominantemente pequenas, 85% possuem até 50 ha, 13%apresentam de 50 a 100 ha e apenas 2% são consideradas médias propriedades (de 100 a 500 ha).

A base econômica do município é a fruticultura (uva, limão, pinha, manga, caju, banana e tangerina), tendo havido esse ano um aumento significativo nesse setor principalmente de laranja. Também têm crescido o plantio de seringueira. No setor pecuário predomina a pecuária leiteira.[1]

[1] Informações obtidas na Casa da Agricultura de Aspásia.

Santana da Ponte Pensa

O município de Santana da Ponte Pensa foi fundado em 1949 e está localizado na região noroeste do Estado de São Paulo, próximo da divisa com os Estados do Mato Grosso do Sul e Minas Gerais; faz parte na Região administrativa de São José do Rio Preto.

De acordo com o sistema de Koppen, o clima é classificado como AW (tropical). O índice pluviométrico médio anual é de 1.200 mm, distribuído de novembro a março, sendo os meses de maio a agosto mais secos. . A temperatura máxima é de 30°C e a mínima de 11°C. O tipo de solo predominante é do tipo Podzolizado Lins Marilia, variação Lins (EMBRAPA, 1999).

O município conta com 384 propriedades rurais, sendo que a grande maioria, ou seja, 91% do total possui até 50 ha, 8% entre 50 e 200 ha e apenas 2% com mais de 200 ha. Exploram principalmente, bovinocultura de corte e leite, cultivo de milho para grão e silagem, arroz, café, sorgo, seringueira, cana forrageira, banana, citrus e mamão. Atualmente, a maior parte das pequenas propriedades trabalha com Pecuária Leiteira, por ser uma fonte de renda mensal.

Por não possuir infra-estrutura industrial e apresentar um comércio modesto de pouca expressão, o município tem depositado na agricultura e na pecuária toda a sua expectativa de desenvolvimento.

A agricultura do município conta com a Associação dos Produtores Rurais de Santana da Ponte Pensa, que possui a Patrulha Agrícola, formada por máquinas e equipamentos, (tratores e implementos), que realizam o trabalho no campo desde o preparo do solo a colheita. [2]

[2] Informações obtidas na Casa da Agricultura de Santana da Ponte Pensa.

Urânia

O município de Urânia foi fundado em 1950 e está localizada no Noroeste do Estado de São Paulo, como toda a região em que encontra envolvido, teve sua colonização através da implantação das culturas de café e alimentos básicos.

De acordo com o sistema Koppen, o clima é classificado como AW (tropical). O índice pluviométrico médio anual é de 1.200 mm, distribuído de novembro a março, sendo os meses de maio a agosto mais secos. A temperatura máxima é de 35°C e a mínima de 10°C. Urânia não possui rios, apenas córregos sendo os principais: Córrego Comprido, Córrego do Jataí, Córrego da Barra Bonita, Córrego do Arara, Córrego do Cascavel, Córrego do Manuel Baiano, Córrego do Fandango, Córrego do Fandanguinho, Córrego da Porteira, Córrego dos Três Poço e Córrego do Cervo. O solo predominante é do tipo Podzolizado Lins Marília, variação Lins (EMBRAPA, 1999).

O município de Urânia não é diferente dos outros municípios, herdou uma estrutura tipicamente de agricultura familiar e a estratificação fundiária predomina pequenas propriedades rurais. Das 650 propriedades, 83% possui até 50 ha; 15% de 50 a 200 ha e 2% com mais de 200 ha.

Com a acentuada decadência do setor cafeeiro na década de 80 e a baixa rentabilidade das culturas de alimentos básicos, a região viu agravar-se o êxodo rural e a descapitalização foi inevitável, com o empobrecimento do setor. Na busca por soluções na atividade agrícola, a fruticultura apresentou-se como uma alternativa viável para o município e o ramo da citricultura em termos de área plantada e a viticultura em valor agregado foram as opções mais utilizadas. Hoje, a diversificação favoreceu a implantação de outras culturas, devido clima agradável e favorável ao plantio da fruticultura (laranjas, uvas, pinha, atemoia, lima).[3]

[3] Informações obtidas na Casa da Agricultura de Urânia.

5. MATERIAL E MÉTODOS

5.1 Região estudada

A abrangência do estudo tem como referência o EDR (Escritório de Desenvolvimento Rural) de Jales região situado a noroeste do estado de São Paulo, pertencente a uma das 40 Unidades Administrativas da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) / Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo[4], conforme mostra na Figura 01.

[4] Através de Resolução de 03/01/97 o Secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo estabeleceu que o Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) é uma Unidade Administrativa da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) / Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo que substitui as Divisões Regionais Agrícolas (DIRAS) e Delegacias Agrícolas. Ao todo são 40 Escritórios.

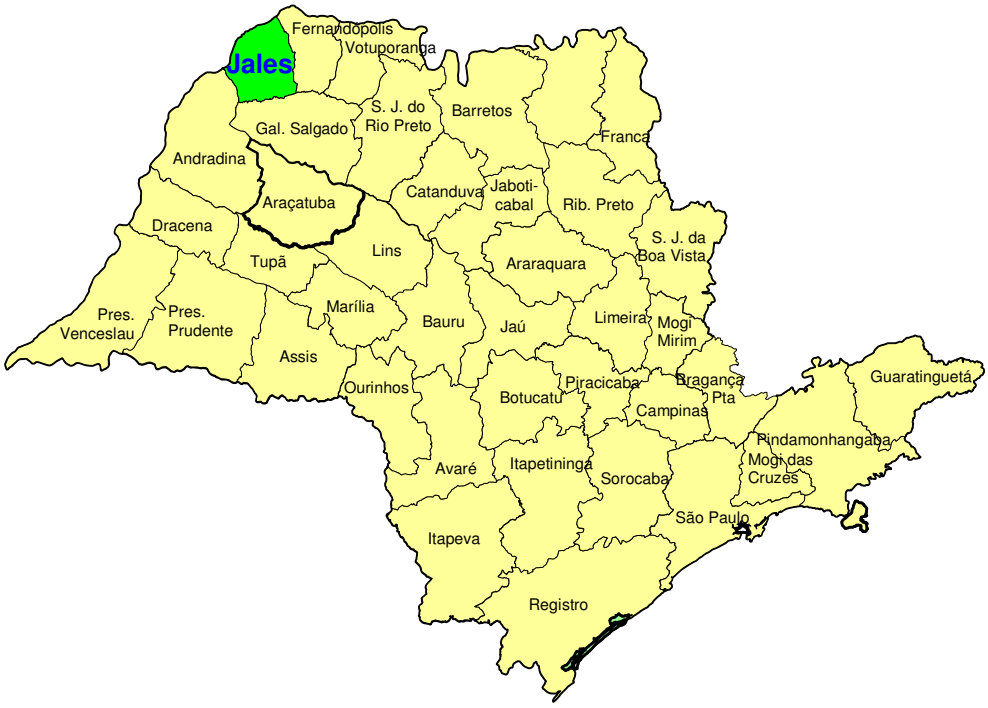

Figura 01: Mapa do Estado de São Paulo dividido em 40 EDRs.

Fonte: http://www.cati.sp.gov.br/novacati/index.php

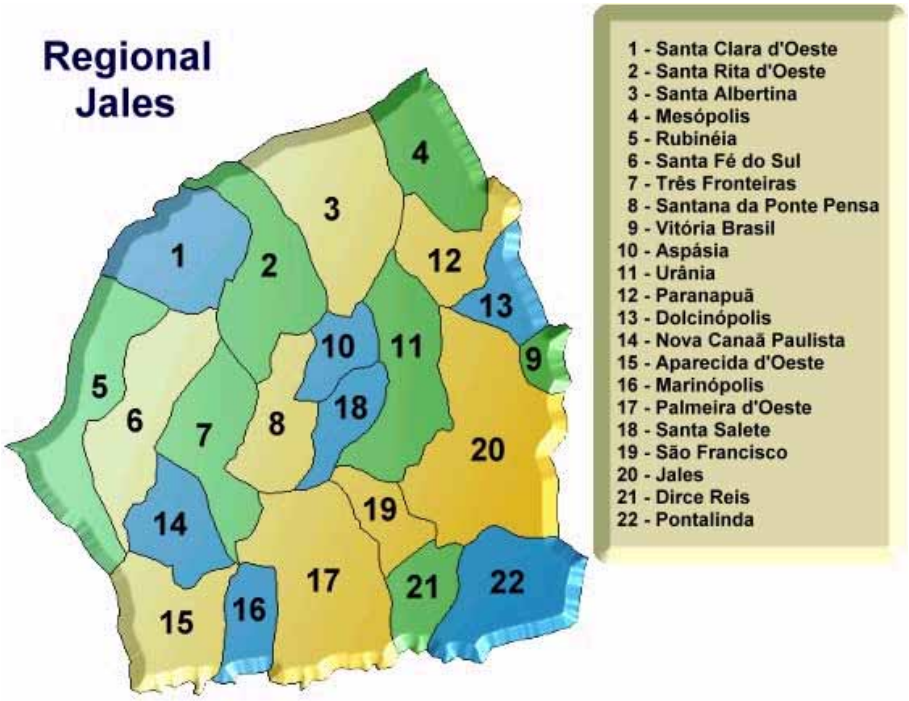

Figura 02: Mapa do EDR de Jales com seus 22 municípios.

Fonte: **http://cati.sp.gov.br/novacati/index.php**

A Região de Jales, cuja sede dista 583 km da capital, apresenta uma área de 311.733,2 ha e abrange 22 municípios: Aparecida D'Oeste, Aspásia, Dirce Reis, Dolcinópolis, Jales, Marinópolis, Mesópolis, Nova Canaã Paulista, Palmeira D'Oeste, Paranapuã, Pontalinda, Rubinéia, Santa Albertina, Santa Clara D'Oeste, Santa Fé do Sul, Santa Rita D'Oeste, Santa Salete, Santana da Ponte Pensa, São Francisco, Três Fronteiras, Urânia e Vitória Brasil.

5.2 Fonte de Dados e Metodologia

A primeira etapa da pesquisa consistiu em uma revisão bibliográfica sobre a cultura do caju, as associações de produtores rurais e agricultura familiar. Nessa primeira etapa foram consultados trabalhos publicados por entidades acadêmicas, revistas científicas e meios de comunicação que tratam destas questões.

Para a realização de trabalho de campo, foram contactados técnicos das Casas de Agricultura, para seleção dos municípios e dos produtores que seriam entrevistados visando levantar interesse e logística para a realização da pesquisa. A idéia era selecionar produtores de caju que já trabalham com a cultura há pelo menos 3 anos, que apresentam um mínimo de organização, para que as informações pudessem ser levantadas.

Foram definidos 11 agricultores familiares produtores de caju vinculados a uma associação informal, localizados nos municípios de Aspásia (6), Urânia (3) e Santana da Ponte Pensa (2).

O levantamento de dados necessários à realização da pesquisa de campo, foi efetuado junto a produtores de caju, aos técnicos das Casas da Agricultura de Aspásia, Urânia e Santana da Ponte Pensa e com os técnicos do SAI (Sistema Agroindustrial Integrado) localizados nos municípios estudados, visando identificar esses produtores e levantar interesse e logística para a realização da pesquisa.

A metodologia utilizada para obtenção de dados de campo foi a confecção de um questionário aplicado em 2005 e 2006 junto aos produtores de caju que estão vinculados à associação dos produtores de caju. As informações obtidas foram: tempo em que os produtores trabalham na agricultura, faixa etária, escolaridade, área total das propriedades, área com caju, participação em cooperativas, assistência técnica recebida, problemas e

dificuldades, máquinas e implementos, infraestrutura da propriedade e insumos utilizados, fonte de renda monetária e utilização de financiamento rural.

O método utilizado para levantar as características da associação informal dos produtores de caju foi a entrevista com os responsáveis pela mesma. O roteiro de perguntas aplicado procurou resgatar como se deu o início deste processo de organização, quais os motivos que os levaram a se reunirem, número de produtores, interesse dos mesmos em participar das reuniões, serviços e/ou atividades prestadas aos associados, objetivos e metas para o futuro, problemas e ou dificuldades, entre outros.

Também foram realizadas visitas aos técnicos das casas de agricultura dos municípios que fazem parte os produtores pesquisados, com o objetivo de conhecer melhor o papel desta assistência. Nesta fase o método utilizado foi a entrevista com os técnicos (agrônomos) onde foram levantadas informações sobre dificuldades gerais encontradas pelos produtores, programas específicos voltados a esses produtores, principais demandas (atividades e/ou serviços).

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1. Dados referentes aos agricultores familiares

Os resultados discutidos a seguir referem-se à tabulação dos dados dos questionários aplicados junto a 11 agricultores familiares produtores de caju, vinculados a uma associação informal.

Dentre os dados referentes ao produtor, buscou-se efetuar o levantamento quanto ao tempo em anos que o produtor trabalha na agricultura. Verificou-se que, a maioria, dos produtores, encontra-se há mais de 20 anos trabalhando na agricultura (cerca de 82% do total) e somente 2 produtores estão há menos de 10 anos no setor rural (Figura 03).

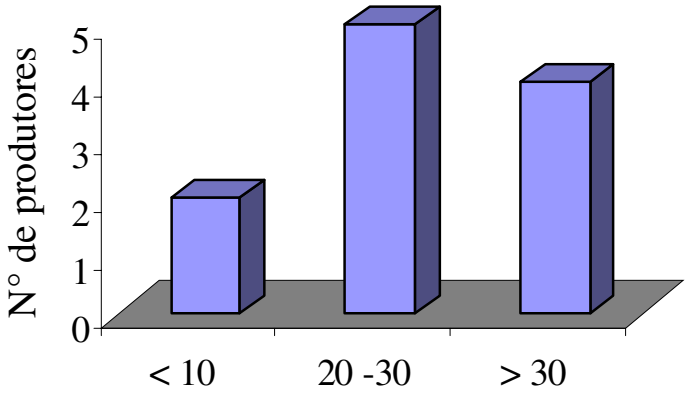

Figura 03. Tempo de trabalho (em anos) na agricultura.
Fonte: Pesquisa de campo, 2005/ 2006.

Com relação ao local de residência dos produtores rurais constatou-se que a grande maioria, 90% moram na propriedade e apenas um produtor reside fora do setor rural, na cidade de Aspásia, se deslocando todos os dias para a propriedade. Assim como na fruticultura de forma geral, pode-se constatar que a cajucultura, por demandar mão-de-obra intensiva e qualificada, acaba fixando o homem no campo, pois 100% das propriedades entrevistadas têm pelo menos uma casa de moradia ocupada.

Quanto á faixa etária dos produtores, nota-se pela Figura 04 que a maioria têm idade entre 30 e 45 anos, 30% têm de 46 a 60 anos e somente 1 produtor tem acima de 60 anos, ou seja, os produtores estão em idade produtiva.

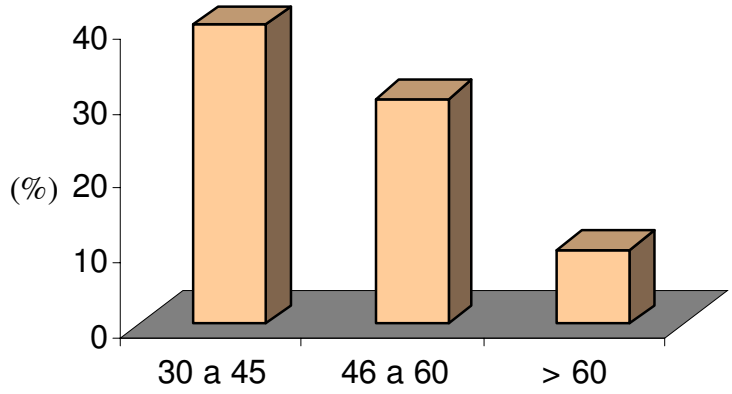

Figura 04. Faixa etária (em anos) dos produtores de caju.
Fonte: Pesquisa de campo, 2005/2006.

Quanto ao grau de escolaridade dos produtores (Figura 05), observa-se que a maioria, cerca de 55% deles não concluíram o ensino fundamental e apenas 18% dos produtores concluíram o ensino médio. Deve-se registrar que não há analfabetos entre os produtores de caju.

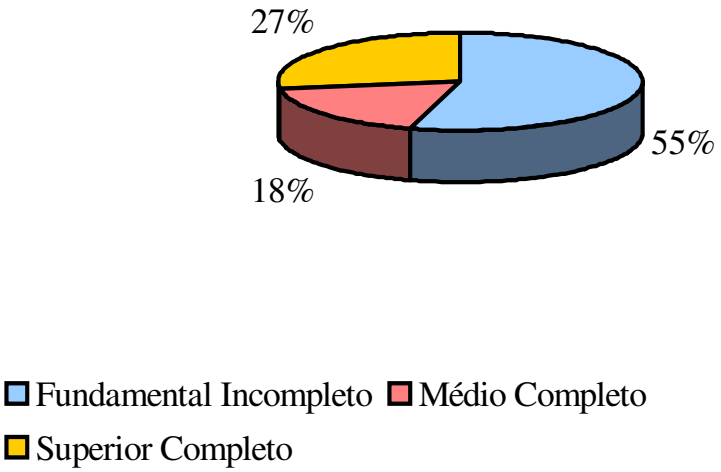

Figura 05. Nível de instrução dos produtores de caju.
Fonte: Pesquisa de campo, 2005/2006.

O que deve ser ressaltado é o resultado obtido com o número de produtores que apresentam curso superior completo, cerca de 27% do total.

Rodrigues (2005) trabalhando com fruticultura na agricultura familiar de Jales encontrou um baixo índice de produtores (4,88%) que possuem curso superior completo.

Com relação a área das propriedades (Figura 06), verificou-se que, 45% dos produtores apresentam propriedade variando de 15,1 a 30 ha, 27% menos de 15 ha e 28% área maior de 30 ha.

Este resultado retrata a estrutura fundiária do EDR de Jales, caracterizada por pequenas propriedades rurais, sendo que mais de 85% do número total de Unidade de Produção Agropecuária (UPA's)[5], possui área inferior a 50 ha ocupando apenas 38% da área total da regional de Jales, assim como encontrada nos municípios estudados de Aspásia, Urânia e Santana da Ponte Pensa.

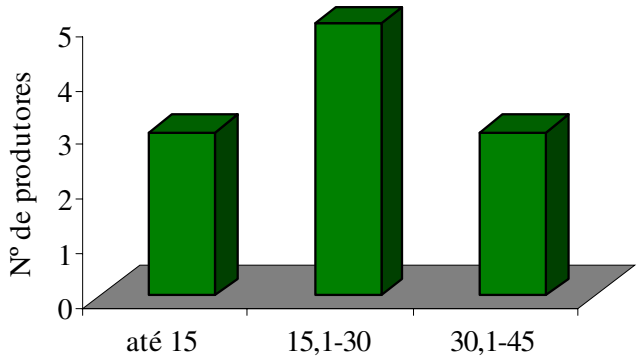

Figura 06. Área em ha das propriedades dos produtores de caju.
Fonte: Pesquisa de campo, 2005/2006.

[5] A Unidade Produção Agropecuária (UPA) corresponde à definição de imóvel adotada pelo INCRA.

Segundo Caldas (2002) em seu trabalho na região de Jales, entre 1980 e 1985, verificou que houve um pequeno aumento na participação da área total dos estabelecimentos menores que 20 ha, passando de 15,1% para 16,4%, mas entre 1985 e 1995/96 este percentual reduziu para 13,5%, sendo esta a única diferença mais visível entre o comportamento dos estabelecimentos menores que 20 ha.

A área plantada com caju (Figura 07) varia de 0,4 a 2,2 ha, isto é, de 80 a 450 pés de caju, representando uma área média de 1 ha ou 200 pés. A idade média dos pomares é de 4 anos, muito embora venha crescendo o número de pés novos. Plantas de caju com 4 anos de idade e com menos de 1 ano podem ser visualizados nas Figura 08 e 09.

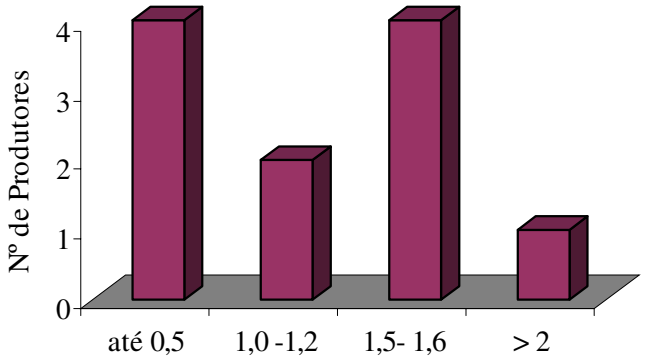

Figura 07. Área plantada com caju (ha).
Fonte: Pesquisa de campo, 2005/2006.

Figura 08. Vista de um pomar de caju com 4 anos de idade em Aspásia.
Fonte: Pesquisa de campo, 2005/2006.

Figura 09. Vista de um pomar de caju com 10 meses de idade em Aspásia.
Fonte: Pesquisa de campo, 2005/2006.

Para a formação dos pomares de caju, as mudas enxertadas foram obtidas em viveiro especializado da ASADA Empreendimentos, empresa que introduziu a cultura na região,

localizado no município de Mirandópolis. Atualmente, em 2006 os produtores de Aspásia estão pagando em média R$ 8,00/ a muda.

Verifica-se pela Figura 10, a participação percentual dos produtores em cooperativas da região. Verifica-se a participação em 3 cooperativas: Lady de Votuporanga (Cooperativa dos Produtores de leite de Votuporanga) que consiste em uma cooperativa que trabalha com qualidade e modernidade com o objetivo de atender os mais exigentes padrões internacionais, diversificando a sua produção que é composta por manteiga, bebida láctea, requeijão, leite longa vida e diversos tipos de queijo; Coopercitrus de Jales (Cooperativa dos Cafeicultores e Citricultores de São Paulo) que fornece aos cooperados todos os produtos necessários às suas atividades rurais, incluindo sementes, corretivos, fertilizantes, adubos foliares, ferragens, defensivos, produtos veterinários, máquinas, implementos, acessórios e muitos outros itens para uso diário na agricultura (lonas, arames, etc), adquiridos diretamente dos fabricantes e a Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores da Região de Jales que trabalha com revenda de fertilizantes e defensivos mais baratos para os cooperados e também oferece apoio técnico especializado efetuado por engenheiros agrônomos e técnicos agropecuários, que orientam os cooperados sobre o uso adequado de fertilizantes e lhes indica as fórmulas mais adequadas para cada caso.

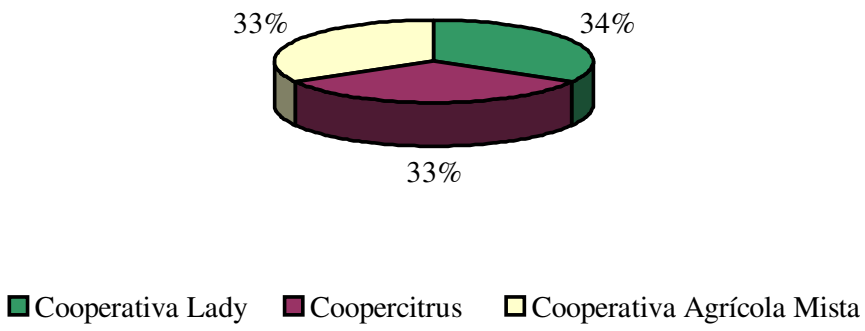

Figura 10. Cooperativas que os produtores de caju fazem parte.
Fonte: Pesquisa de campo, 2005/2006.

O acesso à assistência técnica pelos produtores rurais, permite avaliar tanto a orientação para a adoção de novas técnicas para o cultivo do caju, como a importância desta junto aos agricultores familiares.

A assistência técnica é fornecida para os produtores de caju através dos técnicos das Casas da Agricultura e por técnicos das lojas de revendas de produtos agropecuários.

As informações contidas nas entrevistas podem ser observadas na Figura 11, onde a maioria dos produtores de caju é atendida por algum tipo de assistência técnica, sendo que a mais citada (55%) foi a assistência técnica fornecida pelos agrônomos e técnicos da Casa da Agricultura.

Podemos perceber que 15% dos entrevistados recebem assistência técnica particular, sendo a maioria proveniente de técnicos de lojas de revenda de produtos agrícolas. A Cooperativa é citada por 15% dos produtores e os Outros 15% (referem-se a informações de amigos e vizinhos).

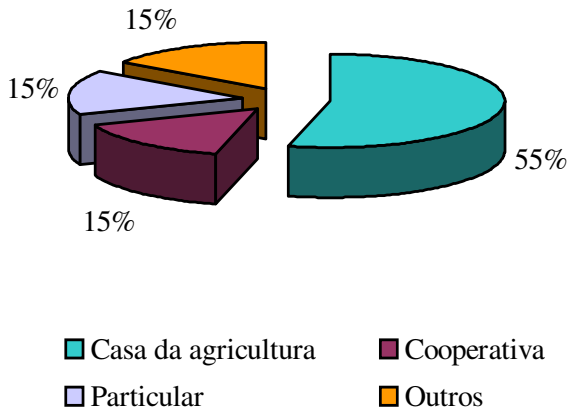

Figura 11. Utilização de assistência técnica pelos produtores de caju.
Fonte: Pesquisa de campo, 2005/ 2006.

Um estudo sobre a assistência técnica em um grupo de produtores familiares destaca como ação positiva para o trabalho de extensão rural, visitas freqüentes e individuais às propriedades, além do oferecimento de palestras e/ou cursos que atendam as condições econômicas dos produtores em uma linguagem simplificada (MERCÊS, 2004).

Em uma entrevista com a agrônoma da casa da agricultura de Aspásia, pôde-se verificar que as atividades desenvolvidas junto aos produtores resumem-se em Cursos, Palestras, Dia de Campo, Visitas de Orientação Técnica, Assistência Técnica, Organização de Grupos, Associações e apoio a participação em feiras agropecuárias e cursos.

Atualmente os técnicos das casas da agricultura vêm incentivando a participação das mulheres em associações, grupos, ou seja, nas várias atividades desenvolvidas pelas instituições. Isso, têm possibilitado uma melhor participação das famílias nas atividades, e conseqüentemente uma maior divulgação de novas tecnologias. Além disso, o envolvimento das mulheres em cursos, palestras e excursões têm contribuído não só para capacitá-las em

novas atividades, mas também para conscientizá-las da importância de seu papel na propriedade rural e no meio social.

Para a técnica da casa da agricultura, os maiores problemas/dificuldades dos produtores de caju, estão relacionados a falta de tecnologia para produção de caju adequada para a região e a falta de transporte adequado para escoar a produção para os grandes centros.

É importante ressaltar também a participação do SAI (Sistema Agroindustrial Integrado) junto aos produtores de caju, orientando na organização das reuniões, no agendamento e viabilização de viagens técnicas e principalmente na realização de cursos e na organização do grupo de mulheres no aproveitamento da fruta na confecção de doces, geléias, patês, entre outros.

Na Figura 12, estão apresentadas as principais dificuldades enfrentadas pelos produtores na produção do caju.

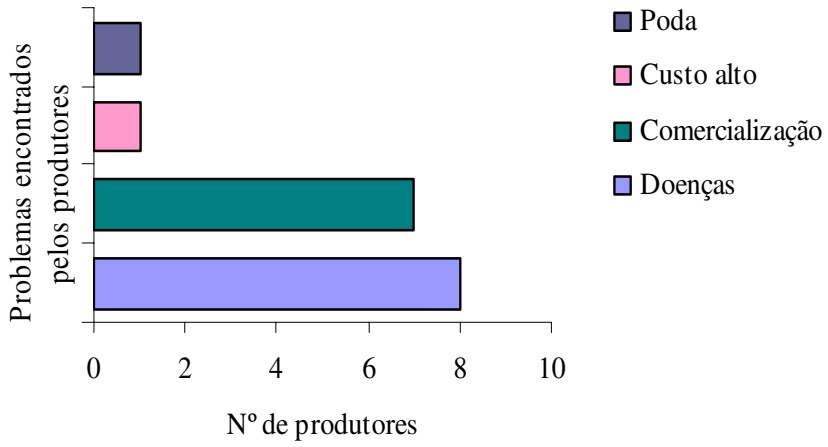

Figura 12. Dificuldades encontradas pelos produtores de caju.
Fonte: Pesquisa de campo, 2005/ 2006**.**

Observa-se que 73% apontam como uma das principais dificuldades na viabilização da cultura a identificação e controle de doenças. Apesar de rústico, o cajueiro é susceptível às pragas e às doenças em todas as fases de seu desenvolvimento, exigindo tratamento fitossanitário intensivo (na época das chuvas as pulverizações são semanais). Das doenças a Antracnose (*Colletotrichum gloeosporioides* Penz) foi a mais citada e é quem vem causando maiores prejuízos aos produtores de caju, principalmente na época das chuvas, que é quando a produção é maior. Sendo os principais sintomas: lesões necróticas, queda de folhas, frutos e pedúnculo, lesões necróticas escuras e alongadas. A seguir, vem a Resinose *(Lasiodipodia theobiomae*), Mancha Angular (*Septoria anacardii*) e Podridão dos frutos. Das pragas o besouro amarelo da goiabeira (*Costalimata ferruginea* Vulgata) é o que vem causando maiores danos a cultura. A broca das pontas (*Anthistarcha binocularis*) é mais recente mas, também vem preocupando muito os produtores, assim como a cochonilha (Homoptera, Diaspididae).

A comercialização da fruta foi outro problema destacado por quase 64% dos entrevistados. Depois de colhido (Figura 13) o caju é selecionado e embalado em cumbucas contendo de 4 a 5 frutos, sendo colocadas em caixetas para ser enviado para a CEAGESP (Figura 14). A forma predominante é em consignação, em que o produtor envia a sua fruta para um ou mais atacadistas da Central de Abastecimento, sem saber o preço que vai receber. O produtor recebe o preço líquido, após uma série de descontos com transporte, comissão do atacadista e descarregamento da fruta, totalizando cerca de 26% do faturamento bruto referente à comercialização do produto.

Figura 13. Frutos após a colheita prontos para seleção e embalagem.
Fonte: Pesquisa de campo, 2005/2006.

Figura 14. Caixa com 4 cumbucas contendo 4 cajus cada.
Fonte: Pesquisa de campo, 2005/2006.

Somados aos dois itens acima os produtores apontam também como dificuldades, os altos custos de produção para o cultivo, colheita e embalagem da fruta, em virtude dos preços dos insumos principalmente defensivos e fertilizantes; falta de uma tecnologia adequada para

produção de caju na região e também falta de transporte adequado para escoar a produção de caju para os grandes centros.

A decisão ou não de se realizar a poda drástica no pomar foi outra dificuldade apontada por um produtor. Com mais de 4 anos de idade a copa das plantas tendem a fechar o pomar, dificultando as pulverizações no controle de doenças e pragas. Ainda não se tem informação suficiente para obter uma conclusão sobre o efeito da poda na produtividade do caju, visto que esse tipo de manejo foi adotado somente por alguns produtores a menos de 1 ano, e além disso cada produtor tem adotado um tipo de poda, uns mais e outros menos drástica. Na região tem um produtor que até o momento não realizou nenhum tipo de poda drástica e este colhe frutos de alta qualidade.

Oliveira (2002) trabalhando com a fruticultura na região de Dracena apresenta problemas semelhantes ao encontrado neste trabalho, em que a maioria dos produtores apontaram a comercialização dos frutos como uma das principais dificuldades e também o elevado custo de produção em virtude dos preços dos insumos como grande dificuldade para o desenvolvimento da fruticultura.

Com relação a infra-estrutura das propriedades, todos os produtores possuem pelo menos 1 trator e 27% possuem 2 tratores e 73% dos produtores possuem grade (Figura 15).

Pelo fato da cultura do caju ser muito exigente no tratamento fitossanitário, o pulverizador é um implemento importante no controle de doenças e pragas.

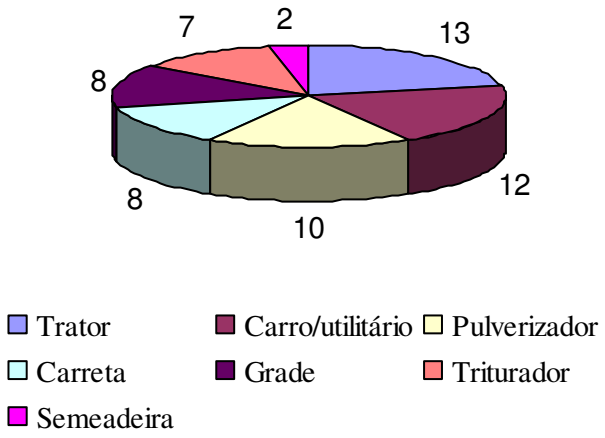

Figura 15. Máquinas e Implementos utilizados pelos produtores de caju.
Fonte: Pesquisa de campo, 2005/2006.

Nas propriedades, observam-se também benfeitorias disponíveis tais como: casa de moradia, paiol (armazenamento de ferramentas e defensivos), curral (produtores que trabalham com leite), poço artesiano e barracão para classificação e embalagem do caju e outras atividades (Figura 16). Muitas vezes, os próprios produtores improvisam equipamentos que possam facilitar o trabalho com a cultura. Como por exemplo, um produtor adaptou um motor de carro na construção de um cajumóvel para ajudar na colheita de caju, visto que no pico de produção, torna-se inviável para o produtor carregar as caixas até o barracão, apesar da área da cultura estar localizada próxima ao local de embalagem.

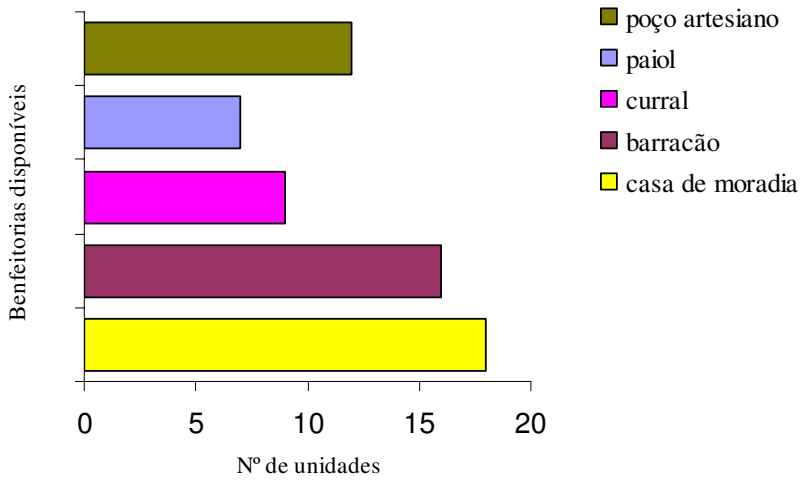

Figura 16. Benfeitorias disponíveis nas propriedades dos produtores de caju.
Fonte: Pesquisa de campo, 2005/2006.

Com relação a utilização de insumos e defensivos, pode-se dizer que os produtores realizam análise do solo, utilizam fertilizantes e calcário para correção do solo, o controle de doenças e pragas exige um rigoroso e intensivo tratamento fitossanitário, principalmente voltado para o controle da Antracnose, principal doença do caju. Além da antracnose, a resinose, o besouro da goiabeira, cochonilha, percevejo, mancha-angular e tripes também são problemas no cultivo do caju.

O sistema de cultivo intensivo, permite uma boa produtividade das plantas, em média 20 toneladas/ha em 2005, muito embora cerca de 40% da produção seja perdida. Nehmi et al (2006), mostram que em Pacajus (CE) com os clones dos grupos Gigante e Anão Precoce a produtividade média estimada para o 4º ano é de 12.000 kg/ha de pedúnculo. Os preços médios obtidos pelos produtores pela fruta comercializada no CEAGESP ou nas CEASAS regionais variam de R$3,0 a R$4,0 a caixa de 1,8 kg e o preço médio vendido para indústria é de R$1,00 o kg. Na entressafra, isto é nos meses de abril a junho, alguns produtores conseguiram até R$8,00/caixa, preço líquido.

Sant'Ana (2003) em estudo sobre as estratégias dos produtores familiares de três municípios da mesorregião São José do Rio Preto revela que a quantidade utilizada de fertilizantes também é bastante elevada e que a prática de correção anual do solo é comum entre os produtores de frutas entrevistados, tendo em vista que a fruticultura é uma atividade que demanda esses tratos. É importante ressaltar a preocupação dos produtores em efetuar as aplicações de acordo com as necessidades da cultura (análise de solo), evitando assim o desperdício de insumos.

Sobre a fonte de renda dos 11 proprietários entrevistados constatamos que 90% é proveniente da produção agrícola, sendo que existe um complemento com aposentadoria, arrendamento e trabalho agrícola para terceiros (Figura 17).

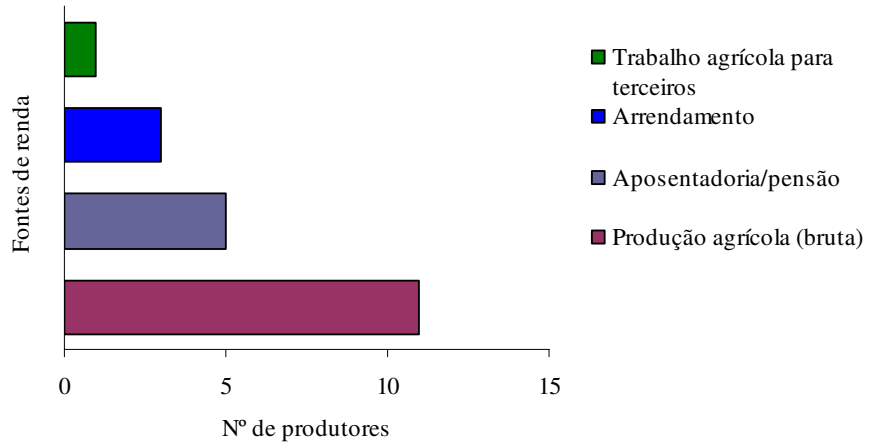

Figura 17. Fonte de renda monetária dos produtores de caju.
Fonte: Pesquisa de campo, 2005/2006.

Em relação ao crédito rural, pode-se dizer que o financiamento consiste num dos principais pontos relacionados a produção da fruta, tendo em vista que o cultivo do caju requer altos investimentos na implantação, formação da cultura e após na manutenção e produção da fruta. Sendo assim, a maioria dos produtores familiares, financiam suas

atividades através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)[6], que estabelece como tamanho máximo da propriedade limitado a 4 módulos fiscais[7] do município; ao limite de, no máximo dois trabalhadores permanentes; ao fato de que o agricultor trabalhe na área com sua família, com ajuda eventual de terceiros, e 70% da renda anual do produtor seja proveniente da agropecuária, para que possa beneficiar-se do programa.

6.2 Caracterização da associação informal de produtores de caju.

A associação surgiu espontaneamente em 2002, quando produtores de caju de Urânia e Santa Salete (os primeiros a plantarem a cultura) sentiram a necessidade de se organizarem para realizarem compras conjuntas de embalagens, com o objetivo de reduzirem seus custos. Entraram em contato com os outros produtores de Aspásia e a proposta foi apresentada.

Atualmente é composta por 11 membros que se reúnem na Casa da Agricultura ou na própria residência dos produtores.

Os produtores começaram a se reunir para levantar e discutir os problemas existentes e as possíveis soluções que poderiam ser efetuadas. A participação dos técnicos das Casas da Agricultura e dos técnicos do SAI (Sistema Agroindustrial Integrado) neste processo de organização foi fundamental, pois juntamente com os produtores de Aspásia, Urânia, e Santana da Ponte Pensa, orientam, organizam e viabilizam atividades diversas, como viagens técnicas, cursos, palestras, de acordo com as necessidades dos produtores.

---

[6] O Programa completo pode ser visto no site http://www.pronaf.gov.br

[7] Módulo fiscal é uma unidade de medida em hectares, fixada para cada município e estabelece a área mínima necessária a subsistência do produtor e sua família.

A casa da agricultura dos municípios que participaram da pesquisa tem exercido um papel importante, buscando fortalecer e capacitar os produtores rurais para que esses possam buscar seus direitos de maneira geral: político, mercado e técnico. Visto que apesar de serem pequenos eles têm uma participação significativa na produção agrícola total. A casa da agricultura acredita que o associativismo é a única saída para o pequeno produtor continuar na sua atividade e permanecer na área rural.

Deve-se destacar também, o trabalho dos técnicos da assistência técnica, na organização e viabilização dos grupos de mulheres que trabalham na agregação de valores aos frutos de caju, que não se encontram adequados para o mercado *in natura,* processando-os e gerando uma importante fonte de renda e trabalho.

Por ser uma cultura nova na região, falta muita informação, conhecimento relacionado ao sistema de cultivo da fruta. O problema com o fechamento da copa, que dificulta as pulverizações do pomar, levou os produtores juntamente com os técnicos da casa da agricultura e do SAI realizarem uma visita técnica a produtores de caju do município de Vista Alegre do Alto que já realizavam podas no caju. A visita foi muito proveitosa e levou os produtores a iniciarem também a poda nos seus pomares.

As atividades realizadas pela associação iniciaram com a compra em conjunto de caixas, cumbucas, selos (com o nome da associação e do produtor), filme plástico treta-pak, para embalagens das frutas (Figura 18); troca de informações nas reuniões; visitas a outras regiões produtoras de caju e utilização do descarte de frutos para doces, vinho, pastel, entre outros. Mais recentemente estão realizando compra de insumos conjuntamente o que tem reduzindo os custos em cerca de 50%.

Figura 18. Embalagens utilizadas para comercialização do caju *in natura*.
Fonte: Pesquisa de campo, 2005/2006.

O maior problema enfrentado pela associação, segundo relato de um produtor:

> **é que a maioria dos produtores não sabe o que é uma associação e ainda pensa como "produtor" não como empresário.**

Dentre as reclamações mais comuns dos produtores destaca-se o preço do produto final que é maior nos meses de abril a junho (melhor preço), devido a menor produção nesta época, sendo a maior produção nos meses de outubro a janeiro, época de preços menores. Resultados de pesquisas relacionadas a épocas de poda, aliada a adubação e irrigação podem reduzir estas variações de produção ao longo do ano.

Acompanhando uma reunião na residência de um produtor (Figura 19), observou-se o interesse dos mesmos na participação da reunião. O assunto da pauta era contactar pesquisadores do nordeste e/ou da UNESP, para que sejam introduzidas novas técnicas de cultivo para produção de caju, principalmente no controle de doenças, que levem a uma fruta de melhor qualidade e mais saudável.

Figura 19. Reunião na residência de um produtor de caju em Aspásia.
Fonte: Pesquisa de campo, 2005/2006.

Outro tema discutido na reunião foi sobre o Evento do Caju que os produtores estão querendo organizar na região para divulgar o caju. O grupo não pretende fazer um evento técnico, o objetivo principal é divulgar o produto:

> "**Dentro do município tem pessoas que não conhecem o produto, então cai no ditado que Santo de casa não faz milagre. Esse evento tem que ser exclusivo do caju, que seja dentro do município, que é produtor de caju, não estamos com a intenção de enxertar o evento do caju dentro de uma Facip, ou festa do peão. Não! que seja uma coisa pequena, mas que seja exclusiva nossa"(produtor 1).**

Os produtores não estão interessados apenas na divulgação do pseudofruto (fruta in natura), mas de todos os subprodutos que estão sendo processados e comercializados na região.

Para isso, o grupo pretende ampliar as parcerias, assim como desenvolvem com a UNESP e SAI e outros:

> "**precisamos de parcerias com os fornecedores de caixa, cumbuca, vidros e insumos, e pretendemos utilizar a mídia (TV Tem e rádio regional) para divulgar o nosso produto" (produtor 1)**.

Esta foi a primeira reunião, realizada em junho de 2006, para discutirem o evento, de uma série de outras que aconteceram. Em agosto foi definido que a 1º Feira do Caju do Noroeste Paulista será realizada dia 04/11 de 2006 em Urânia para divulgar os produtos do caju.

Deve-se destacar o trabalho "oficina de planejamento participativo" realizado pelos técnicos do SAI de Aspásia e de Urânia dos produtores de caju. Foram destacados os pontos fortes e fracos do grupo e definidos os problemas que seriam trabalhados, as possíveis soluções para comercialização dos produtos processados, bem como a melhoria da qualidade e sua divulgação. Em relação a este último item foram considerados como essencial a utilização de uma "embalagem de melhor qualidade, especificando melhor os benefícios, ou seja, o valor nutricional do caju, a busca de novos pontos de venda", entre outros. Foi nesta oficina, realizada em março de 2006 que ficou definido como ação a divulgação do caju: "A mostra do caju e derivados".

Como metas para o futuro, os produtores de caju pretendem obter mais parcerias com instituições públicas e/ou privadas e legalizar a associação que ainda é informal. O objetivo é incentivar e agregar valor ao produto. Em relação a este item 2 grupos de mulheres, localizados nos municípios de Aspásia e Urânia, vêm realizando um excelente trabalho no processamento artesanal da fruta do caju, descartada da venda in natura. Estão sendo produzidos balas, geléias, compotas, doces em barra, pé-de-moleque e até quibe e pastel. Tudo isso feito à base de caju. Essa é a produção do grupo Sabores da Natureza de Aspásia e Delícias do caju de Urânia.

Depois de dois anos buscando se fortalecer no mercado, os produtos começam a conquistar os consumidores. Os mais procurados são as balas, os pés-de-moleque e as compotas. Os produtos são comercializados na barraca do grupo, na Feira do Produtor no Recinto de Exposições em Rio Preto. Segundo uma integrante do grupo, é considerado baixo, já que os produtos não custam muito "o que ganhamos investimos em materiais, mas queremos dividir o lucro."De acordo com a agrônoma da Casa da Agricultura de Aspásia, o próximo passo para fortalecer o grupo é obter uma certificação que ateste a qualidade e a sanidade dos produtos.

7. CONCLUSÕES

A organização dos produtores em uma associação informal tem contribuído para viabilização da cultura do caju na região.

A cultura é exigente nos tratos culturais, principalmente no tratamento fitossanitário, exigindo um rigoroso controle e acompanhamento de todo ciclo de produção.

A organização (união) dos produtores, como se trata de pequenos, tem possibilitado redução nos custos, através das compras conjuntas e na busca de soluções para os problemas coletivos, como por exemplo na divulgação dos produtos na região.

Considera-se fundamental o papel da assistência técnica pública, através das Casas de Agricultura, SAI e assistência técnica privada no desenvolvimento da cultura na região. Se por um lado, permite a capacitação dos produtores, conhecimento de novas técnicas de produção, por outro lado, no fortalecimento da associação, incentivando e motivando a participação dos produtores.

A cultura do caju pode ser considerada como mais uma alternativa viável de cultivo na região Noroeste (SP), considera-se também que a cultura apresenta-se eficiente na geração de

empregos, aproveitando a mão-de-obra rural, principalmente a familiar das pequenas propriedades.

Pode-se perceber que os agricultores familiares apresentam grande interesse em continuar atuando na produção de caju, mas estão atravessando vários problemas devido a falta de tecnologia na região que poderão inviabilizar a atividade, principalmente relacionada ao tratamento fitossanitário e a comercialização da fruta.

Há potencial para o crescimento da produção de caju na região, mas há muito para se realizar, principalmente no desenvolvimento de pesquisas que visem a difundir melhores técnicas em relação ao sistema de cultivo, pós-colheita e no processamento da fruta. Para isso, ações de curto e médio prazo devem ser tomadas no sentido de buscar resultados que visem melhorar a situação da cajucultura na região noroeste do estado de São Paulo, entre elas podemos citar:

- Na tecnologia utilizada há necessidade de mais estudos técnicos para determinar os melhores espaçamentos, adubação, poda, melhor controle fitossanitário e na possibilidade de se produzir durante todo o ano;
- Na comercialização da fruta *in natura*, nas operações pós-colheita (embalagem e acondicionamento), para maior duração dos frutos nas prateleiras e no seu processamento;
- Investimentos na capacitação dos produtores e no desenvolvimento de pesquisas que visem difundir as melhores técnicas em relação ao sistema de cultivo e na comercialização da fruta.

A Associação dos Produtores de Caju tem um papel fundamental para que essas ações sejam efetivadas.

Espera-se com os resultados desse estudo dar subsídios, aos produtores rurais, às instituições financeiras e de fomento, para divulgar e auxiliar os que tenham interesse em iniciar na cultura, assim como os que já se encontram no ramo.

8. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A . M . **Caracterização da Associação dos Pequenos Agricultores no contexto do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira –SP**. 2005. 211f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia Presidente Prudente, 2005.

ABRAMOVAY, R. Agricultura Familiar. Disponível em: <http: **Erro! A referência de hiperlink não é válida.**. Acesso em : 9 agosto. 2006.

BERGAMASCO, S.M.P.P.; NORDER, L.A.C. **A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política.** São Paulo: Terceira Imagem, 2003. 191 p.

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÈCNICA INTEGRAL – CATI. Mapas do Estado e das Regionais. Disponível em: **<http://www.cati.sp.gov.br/novacati/index.php>.** Acesso em : 10 mar. 2006.

CALDAS, J. F. B. **Evolução da estrutura fundiária e das atividades agropecuárias das microrregiões de Andradina, Jales e Presidente Prudente.** 2002. 29f. Monografia

(Trabalho de Graduação em Agronomia) - Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2002.

CHABARIBERY, D.; FRANCA, T.J.F; ALVES, H.S; FREITAS, S.M. Perfil das Associações de Fruticultores do Estado de São Paulo: demanda de tecnologia e estratégias de comercialização. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.32, n.1, p.7-25, 2002.

CADENGUE, H.M.; ALMEIDA, M.; SILVA, J.N. Agricultura Familiar no Brasil. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 1., 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: FAPERJ, 2006. (CD-ROM).

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – Embrapa. **Relatório técnico anual do Centro Nacional de Pesquisa de Caju 1989-90.** Fortaleza: EMBRAPA – CNPCa, 1991. 84p.

EMBRAPA. **Sistema Brasileiro de classificação do solo.** Rio de Janeiro: Embrapa – CNPSO, 1999. p. 1-42.

FABRICIO, J. A . **Análise da Agricultura Familiar no Município de Monções, Estado de São Paulo.** Ilha Solteira, 2004. 90f. Monografia (Trabalho de Graduação em Agronomia) - Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2004.

HESPANHOL, R. A . M. **Produção familiar:** perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente – SP. 2000. 354p. Tese (Doutorado) – Instituto de Geografia e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Rio Claro, 2000.

MERCÊS, D. L. **Análise da extensão rural no Cinturão Verde de Ilha Solteira (SP).** Ilha Solteira, 2004. 40f. Monografia (Trabalho de Graduação em Agronomia) - Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2004.

MEDINA, J. C. **Caju:** da cultura ao processamento e comercialização. Campinas: ITAL, 1978. p.5-10. (Frutas Tropicais, 4).

NEHMI, I. M. D.; FERRAZ, J. V.; NEHMI FILHO, A. SILVA, M. L. (Coords.). **AGRIANUAL 2005**: Anuário da Agricultura Brasileira. São Paulo: Argos Comunicação, 2003. p.210-211. (AGRIANUAL, 2006).

OLIVEIRA, A . R. **A Dinâmica da fruticultura na Região de Dracena-SP.** Presidente Prudente, 2002. 132 p. (Relatório apresentado ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP, Câmpus de Presidente Prudente-SP).

PINHEIRO, D. A Agricultura familiar e suas organizações: o caso das associações de produtores. In: TEDESCO, J.C (Org.). **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. Passo Fundo:Edupaf, 1999. p. 329-354.

PETINARI, R.A. **Análise técnica e econômica do cajueiro anão (*Anacardium occidentale* L.) na região Noroeste do Estado de São Paulo.** Ilha Solteira, 2002. 103f. Dissertação (Mestrado em Sistema de Produção) - Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, Universidade Estadual PaulistaIlha Solteira, 2002.

RUGGIERO, C. (Ed.). Programa setorial integrado de promoção de exportações de sucos tropicais. **Informativo Sociedade Brasileira de Fruticultura**, Jaboticabal, v. 20, n. 2, p. 4-5, 2001.

RODRIGUES, A . P. B. **A relevância da fruticultura na agricultura familiar do município de Jales-SP.** Ilha Solteira , 2005. 75f. Dissertação (Mestrado em Sistema de Produção) – Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2005.

SANTIAGO, M. M. D.; ROCHA, M. B. O mercado de frutas e as estimativas dos preços recebidos pelos fruticultores no Estado de São Paulo, 1990-2000. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.31, n.2, p.7-21, 2001.

SANT'ANA, A . L. **Raízes na terra:** as estratégias dos produtores familiares de três municípios da Mesorregião de São José do Rio Preto (SP). Araraquara, 2003. 246f. Tese

(Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2003.

VEIGA, S. M.; RECH, D. **Associações:** como constituir sociedades civis sem fins lucrativos. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001. 125 p.

9. ANEXOS

Anexo 1. Questionário

UNESP - CAMPUS DE ILHA SOLTEIRA - DEPARTAMENTO DE FITOTECNIA, TECNOLOGIA DE ALIMENTOS E SÓCIO-ECONOMIA

PESQUISA: A CULTURA DO CAJUEIRO ANÃO(*Anacardium occidentale* L.) NA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO: uma avaliação técnica e socio-econômica.

1. Identificação

1.1. Nome do produtor _____

1.2. Endereço _____

1.3. Desde quando trabalha na agricultura? _____ E nesta área _____

1.4. Reside na propriedade? Sim ( ) não ( )

Se não, endereço: _____

1.5 Área total da propriedade:_____

área com caju:

número de pés:

época em que foi implantado:

2. Dados da família

Nome	Parentesco	Idade	escolaridade	Trabalha nesta área	Trabalha fora	
					integral	parcial

3. Infra-estrutura existente

A – Benfeitorias	B- Máquinas e Equipamentos
Casas de Moradia	Trator
Barracão/Galpão	Grade
Curral	Carreta
Paiol	Pulverizador
Poço semi-artesiano	Semeadeira tração mecânica
	Triturador
	Carroça/Carrinho
	Camioneta/Utilitário

4.Outras atividades que desenvolve:

CULTURA	Área/nº de pés	produção	Quantidade vendida	preço recebido

5. Participa de alguma associação? Sim ( ) Não ( )

Caso participe (nome da associação): _____

6. Participa de alguma cooperativa? Sim ( ) Não ( )

Caso participe (nome da cooperativa):_____

7. Assistência Técnica

Entidade prestadora	Recebe atualmente
Casa da agricultura	
Cooperativa/Associação	
Agroindústria	
Particular	
Outros	

8. Crédito rural:

Qual fonte utiliza: ( ) nenhum ( ) crédito oficial ( ) cooperativas

( ) firmas privadas ( ) outras fontes, quais?

Caso utilize para qual fim? Especifique:_____

9. Fonte de renda monetária atual da família (% do total)

Produção agropecuária (bruta)
Trabalho não agrícola
Trabalho agrícola p/ terceiros
Arrendamento
Aluguel
Aposentadoria/pensão
Outros rendimentos

10. Caju no ano de 2005

Durante o ano quais (e quantos) os meses de colheita?_____

Qual a melhor época para vender o caju?_____

CULTURA	Área/nº de pés	Produção obtida	quantidade vendida	preço recebido	época de venda (por mês ou no ano)
Caju					

11. Mão-de-obra utilizada na cultura do cajueiro

Tipo de trabalho utilizado	Número	Qual atividade
Empregado permanente		
Diarista		
Empreita		
Outros		

12.Gostaria de implementar outras atividades ou novos pés de caju? ( ) Sim ( ) Não.

Caso sim, gostaria de trabalhar com: _____

13. Problemas e dificuldades

Anexo 2. Questionário da Associação

UNESP - CAMPUS DE ILHA SOLTEIRA - DEPARTAMENTO DE FITOTECNIA, TECNOLOGIA DE ALIMENTOS E SÓCIO-ECONOMIA

PESQUISA: A CULTURA DO CAJUEIRO ANÃO(*Anacardium occidentale L.*) NA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO: uma avaliação técnica e socio-econômica.

1. Identificação

1.1 Nome da associação: _____

1.2 Forma de contato com a associação: _____

1.3 Local de realização das reuniões da associação: _____

1.4 Pretendem legalizar a formação da associação:_____

2. Dados da associação

2.1. Ano de início: _____

2.2. Qual a freqüência das reuniões: _____

2.3. N° inicial de membros : _____, n° atual de membros : _____

2.4. Composição atual da associação:_____

2.5. A associação possui empregado(s) ou contrata mão-de-obra para ajudar nas atividades?(se sim, quantos?Quais suas funções?) : _____

2.6. Síntese das atividades realizadas pela associação: _____

2.7. Como são realizados as compras e os pagamentos de materiais?_____

3. Crédito

3.1. A associação fez algum financiamento para iniciar a atividade? não ( )sim ( )

3.2. (Caso sim) qual a finalidade do crédito? _____

3.3. Valor: _____ 3.4. Prazo de pagamento: _____

3.4. Entidade que forneceu o crédito: _____

3.5. (Caso se aplique) Está quitando ou já quitou o empréstimo? Sim ( ) Não ( ) Por quê?

4. Como a associação faz para se manter informado a respeito das atividades de seu interesse?

5. Algum órgão governamental ou empresa privada teve papel importante para ter dado certo as atividades que o grupo vem realizando? (verificar quais e o tipo de apoio)_____

6. A associação pretende ampliar suas atividades? ( ) Não) Sim, qual(is):

7. Objetivos e metas para o futuro:_____

8. Problemas enfrentados pela associação:_____

9. Reclamações comuns dos produtores:_____